

OLHARES NETNOGRÁFICOS SOBRE CULTURA, DESENVOLVIMENTO E AÇÕES COLETIVAS NO VALE DO PARAÍBA: netnografia de dinâmicas culturais no Vale do Paraíba

NETNOGRAPHIC VIEWS ON CULTURE, DEVELOPMENT AND COLLECTIVE ACTIONS IN VALE DO PARAÍBA: netnography of cultural dynamics in the Vale do Paraíba

Bianca Siqueira Martins Domingos¹ , Cilene Gomes¹ , Bianca Marques Costa Nogueira¹ 

RESUMO

A partir das discussões e ações da rede colaborativa Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba (SP) sobre a cultura e o patrimônio cultural, e entendendo a cultura como instância ativa da formação social e base para o desenvolvimento regional, busca-se encaminhar uma discussão sobre dinâmicas culturais e ações coletivas na região em foco, trazendo os primeiros resultados de um inventário de atores sociais e ações coletivas em curso, por meio da netnografia adotada como metodologia de levantamento de informações, segundo variáveis de caracterização dos agentes e critérios de análise pré-estabelecidos. O artigo conflui para um ensaio de discussão acerca da necessária elevação da ação sociocultural ao status de consciência política e força de resistência e transformação.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Dinâmicas Culturais. Agentes Públicos e Sociais. Vale do Paraíba e Litoral Norte. Netnografia.

ABSTRACT

Based on the discussions and actions of the "Observatório da Paisagem" from Paraíba Valley (São Paulo state, Brazil) collaborative network on culture and cultural heritage, and understanding culture as an active instance of social formation and the basis for regional development, we seek to lead a discussion on cultural dynamics and collective actions in the region in focus, through the first results of an inventory of social actors and collective actions in progress, through the netnography adopted as a methodology for gathering information, according to variables of characterization of the agents and analysis criteria pre-established. The paper converges to a discussion essay about the necessary elevation of socio-cultural action to the status of political conscience and strength of resistance and transformation.

Keywords: Development. Cultural Dynamics. Public and Social Agents. Paraíba Valley and North Coast. Netnography.

¹ Universidade do Vale do Paraíba- UNIVAP

Autor Correspondente: Bianca Siqueira Martins Domingos
E-mail: biancasiqueira.m@gmail.com

Recebido em 30 de Março de 2021 | Aceito em 07 de Julho de 2021.

1 Introdução

O artigo resulta de discussões promovidas pela rede colaborativa Observatório da Paisagem sobre cultura e patrimônio cultural, a partir da observação/significação de paisagens e contextos socioculturais e territoriais da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Esses debates do Observatório relacionam-se, também, à problemática das políticas públicas para o desenvolvimento regional (e local) pensadas a partir da cultura como instância de atividade social, desenvolvida junto às demais instâncias da sociedade, a econômico-produtiva, a político-institucional, a ideológica e a espacial (Santos, 2014).

Essa questão implica diretamente na presença e mobilização de atores sociais diversos em torno de interesses ligados a contextos regionais ou locais específicos da atividade/criação cultural. Implica igualmente em ações promovidas coletivamente, a partir de debates e decisões de comum acordo.

Outra implicação direta do problema enunciado refere-se à necessidade de construção de um sistema de informações, uma base de dados para a cultura, por meio de inventários e mapeamentos que possam subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas e ações para o desenvolvimento.

Nesse contexto, e particularmente no escopo de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, pergunta-se quais os atores sociais (públicos ou não) envolvidos com atividades culturais na RMVPLN e quais os que se destacam pelo propósito de construir políticas públicas e ações coletivas com a finalidade de promover a salvaguarda da cultura imaterial e popular; sobrevivência econômica, resistência política, liberdade de expressão; mobilização de conhecimentos e informações e outras formas de exercício da cidadania. Especificamente, preocupa-nos reconhecer quais são as dinâmicas culturais que predominam nas cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e quais os potenciais relacionais com a questão do desenvolvimento urbano e regional.

Visando a construção de um sistema de informações que poderá servir para subsidiar ações do Ob-

servatório da Paisagem e a formulação de diretrizes para políticas públicas de desenvolvimento regional de base cultural, as pesquisadoras buscam alcançar os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar atores ou agências públicas, tais como secretarias municipais, fundações e museus; 2. Identificar atores e iniciativas da sociedade civil organizada; 3. Verificar a presença dos atores nas redes sociais ou internet como forma de socialização e divulgação das ações e/ou eventos; 3. Classificar os tipos de atores, campos de atuação, ações e projetos.

O desenvolvimento da pesquisa, de cunho qualitativo, iniciou com uma aproximação bibliográfica sobre as relações entre cultura e desenvolvimento, política cultural e informação, e ainda, sobre dinâmicas culturais imateriais propriamente ditas, visando a construção de uma abordagem teórica da problemática em foco.

A netnografia foi elencada como metodologia de levantamento de dados e informações para a identificação, caracterização e classificação dos atores sociais e ações coletivas. Tal metodologia consiste na utilização, pautada em critérios avaliativos, de comunicações situadas na internet como fonte de dados, de modo a compreender a representação etnografia do objeto de pesquisa (Silva, 2015). Assim, os principais espaços *online* a serem explorados nesta pesquisa são as redes sociais (Instagram, Facebook e outros), sites e portais de informação governamentais e privados.

Em meio às articulações teórico-metodológicas entre a netnografia e a cultura, desenvolvimento e ações coletivas regionais valeparaibanas colocadas neste artigo, nos deparamos com uma contemporaneidade cada vez mais vista pelo ecrã. Estas articulações são atravessadas por problemáticas, desafios e consequências da era digital ao passo que os agentes promotores de cultura têm se apropriado amplamente de espaços virtuais para divulgar, criar redes de sociabilidades e estabelecer espaços de trocas comerciais, de participação e subjetividades antes ocupados somente de forma física.

Dentre outros pontos trazidos a uma discussão inicial, destaca-se a necessária elevação da ação cultural ao *status* de ação política, e nesse sentido,

ressalta-se o papel da informação e o conhecimento compartilhados como fatores de um acontecer social mais solidário e consciente, tendo em vista transformações sob o ponto de vista de um desenvolvimento regional menos desigual.

2 Referencial teórico

2.1 A dimensão cultural do desenvolvimento social

A questão central que se interpõe na busca permanente da formulação de outro mundo possível é a do desenvolvimento pleno das forças de socialização, onde não apenas as barreiras da distância terrestre e da comunicação entre os homens caem por terra, mas também onde o aperfeiçoamento dos seres individuais tende a se dar, em todo lugar, por um regime de ligações orgânicas crescentes ao de todos os outros ao redor (Chardin, 1951).

Com esta perspectiva, o desenvolvimento social deixa de se equiparar exclusivamente ao processo de crescimento econômico sustentado pela produção de condições ideológicas, políticas e territoriais para a ação e o benefício de parcelas restritas da sociedade em detrimento de seu todo. Torna-se concebível por um processo de mudança radical engendrando novas responsabilidades e condições políticas onde “a centralidade de todas as ações seja localizada no homem” (Santos, 2000, p. 147); onde o interesse social prevaleça sobre o econômico, onde o sentido da vida em todas as suas dimensões não seja distorcido “pela regra da competitividade como padrão essencial do relacionamento” (Idem., p.148) humano, mas, sim, constitua um estímulo à solidariedade social. Onde sejam perceptíveis processos de construção de uma força social de resistência, em razão da autodeterminação política de grupos e indivíduos.

Esse outro modelo de desenvolvimento e vida social condiz a nova significação da própria cultura nacional ou local – criada a partir das experiências vividas, que se estabelecem com base nos dinamismos sociais intrínsecos e em relações com o espaço vital – que se contrapõe à cultura de massas – hegemônica, homogeneizante e indispensável que é ao reino do mercado – constituindo força de resistência e fun-

damento para a emergência de uma nova sociedade, uma nova economia e um novo espaço geográfico.

Em todas as instâncias da vida social, “gente junta cria cultura” (Ibid., p. 144), como “uma reserva de sentido para a vida e um motor (...) da busca da felicidade” (Unesco Cultural, 2003, p. 231).

Constitui a cultura o que se cultiva como valor e prática, como modo de vida e simbolização.

“O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas” (Santos, 2002, p. 65).

Naquilo em que a sociedade concentra suas energias, eis a base do tempo social e das interações que criam, preservam ou aperfeiçoam a cultura. E aqui, no aprimoramento de tudo o que se cria como cultura, pela educação, cooperação ou comunicação entre os indivíduos em sociedade, reside a essência do processo ou estado de desenvolvimento social de um grupo, um povo, uma nação. Cultivar é nutrir o interesse, é desenvolver. Cultura é desenvolvimento. Daí a centralidade do desenvolvimento social dever estar na instância cultural, e como também propõe Faria (2001, p. 44), com “uma perspectiva integrada dos processos” de ordem econômica, política, tecnológica, territorial etc.

Referenciada à terra ou à vida material e ao espírito, a cultura inclui, no seu sentido mais amplo, todo o espectro de atividades sociais, constituindo fator de diferenciação e identidade dos agrupamentos humanos, do seu modo de ver o mundo e a si mesmos. Provisão econômica, organização política, tradições morais, conhecimentos e artes, todos são elementos da criação cultural e da ordem social que a promove (Durant, 1935, p. 1).

Como define Santos (2002, p. 66), a cultura também compreende o conjunto de atividades da criação intelectual. Em suas palavras, “a cultura se ma-

nifesta pelas mais diversas formas de expressão da criatividade humana, mas não apenas no que hoje chamamos “as artes” (música, pintura, escultura, teatro, cinema etc.) ou através da literatura e da poesia em todos os seus gêneros, mas também por outras formas de criação intelectual nas ciências humanas, naturais e exatas”. Compartilhando desta noção de cultura, podemos considerar, conforme os nossos pressupostos, que as atividades ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à informação também se incluem neste universo e de forma determinante na atualidade.

Mas com este entendimento de cultura, a problemática do desenvolvimento social deve incluir, necessariamente, as questões mais atuais que envolvem o contraponto entre a criação cultural genuína e a simbologia ideológica contida na cultura de massas, que tende a fazer prevalecer a vontade de uniformização da sociedade, impondo necessidades e um ideal de uso do tempo em favor da indústria cultural e do consumo. Desse modo, o intercâmbio sadio e fecundo que pode resultar das relações entre culturas diferentes tende a ser impedido pela sobreposição das relações comerciais que, tantas vezes, subjagam e alienam, alimentando a crônica vulnerabilidade ideológica (Guimarães, 2004, p. 34) de nossa sociedade.

Como diz o mesmo autor, esse estado de vulnerabilidade mantém e aprofunda a consciência colonizada de todos os segmentos da sociedade, que se expressa por uma atitude mental fundada na subserviência e no sentimento de inferioridade. A questão refere-se ao longo percurso histórico em que os interesses externos e das elites nacionais prevaleceram nos assuntos do governo. Nesse contexto, os modelos importados sempre foram adotados, porque mais respeitados, e a identidade cultural brasileira tende a ser afetada pela hegemonia estrangeira, comprometendo seriamente a coesão, a formação e o processo permanente de construção da sociedade (Guimarães, 2004, p. 35).

A questão da identidade cultural é fundamental e equipara-se à visão que a sociedade constrói de si mesma. Mas “a consciência que a sociedade adquire de si mesma depende de uma representação ideo-

lógica, que se alimenta, a sua vez, de manifestações culturais as mais distintas que interpretam e criam o imaginário nacional do seu passado, seu presente e futuro” (Idem, p. 35). Em outras palavras, a criação cultural autêntica está na base da representação ideológica que mobiliza o processo de conscientização social, criando as suas psicoesferas e seu entendimento global.

Todavia, como ainda aponta Guimarães (2004, p. 36), “a construção desta identidade não se contrapõe à necessidade de diversidade cultural e muito menos ao diálogo com a cultura estrangeira”, contrapondo-se, sim à hegemonia desta. O estímulo e acesso à diversidade cultural, nacional e estrangeira, só podem enriquecer e fortalecer a nossa própria identidade (Idem, p. 36).

A questão cultural remete à importante discussão a respeito do projeto de construção da sociedade e, por isso, a valorização, recriação e difusão dos elementos de nossa cultura, em todo lugar, podem ser consideradas energias motrizes do desenvolvimento social e do resgate e aprimoramento da cidadania. A cultura torna-se, assim, um grande desafio para os agentes formuladores das políticas públicas de remodelação da sociedade, da economia e do território, bem como, para a soberania do Estado e a revitalização da nação.

No trabalho para a proposição destas políticas, subentende-se não apenas um concerto de ações de diferentes ministérios – como o da cultura, da ciência e tecnologia, comunicação, educação e outros –, mas também uma coordenação das ações articuladas nos demais níveis do poder público (estadual e municipal) e na esfera das demais organizações representativas e coletivas da sociedade em seu todo.

Se podemos considerar que neste movimento para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento social que objetive a permanente redução da hegemonia cultural estrangeira, alheia às realidades do país e, assim, a ampliação da diversidade de oferta cultural, estariam em foco, ao menos, uma redefinição das funções sociais da cultura, o novo papel do Estado frente às estruturas ideológicas hegemônicas – políticas, produtivas e de mercado – a questão dos espaços e equipamentos culturais, dos recursos etc.

Mas o ponto que nos interessa mais de perto, nesta oportunidade e no propósito de contribuir para romper com a cisão entre o desenvolvimento social e o cultural (Faria, 2001, p. 44), bem como para o resgate e recriação de nossa identidade cultural, diz respeito à necessidade de um processo permanente de mapeamento de nossas culturas, realização de inventários do que constitui a nossa realidade no campo cultural e, portanto, à questão da organização dessas bases de dados e informação para uma ação política consequentemente planejada e embasada em diagnósticos da situação real em cada lugar.

2.2 Uma base de dados para a cultura

São recentes as preocupações com o desenvolvimento social associado à valorização da cultura e, por isso, com o conhecimento sistemático de seu universo. As relações entre cultura e desenvolvimento são a pauta da UNESCO desde os anos 80. A Conferência Mundial do México de 1982 gerou *A Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural*, de onde também se propagaram o conceito de “cultura como o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social (...) [englobando] modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças” e o conceito de desenvolvimento “como um processo complexo, holístico e multidimensional que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade” (Unesco Brasil, 2003, p. 13). Em 1986, realizou-se a Conferência de Brundtland e em seu documento final, *Nosso Futuro Comum*, foram incorporados os conceitos de sustentabilidade e biodiversidade, ambos transportados para o âmbito da cultura.

Já a década de 90, foi marcada pela Comissão Mundial de Cultura e pelo relatório *Nossa Diversidade Criadora* (1995) e, em 1998, pela realização da Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento. A partir de então a Unesco é a responsável também pela publicação de informes mundiais sobre a cultura (Idem, p. 14).

Outro evento de ordem mundial foi o Fórum Universal das Culturas, datado de 2004, onde os três grandes eixos de discussão foram a diversidade cul-

tural, a sustentabilidade do desenvolvimento e as condições para a paz. Aqui, pronunciou-se também um importante chamado à reflexão e ao debate; aos intercâmbios e à cooperação; a um compartilhamento de práticas no campo da cultura e da investigação aplicada em políticas culturais locais e regionais (Ibid., p. 90 e 94).

No Brasil, estas preocupações e mobilizações se refletiram, na década de 2000, no plano da nova política cultural do governo de então, que se consubstanciou, entre outras ações, no Programa Mais Cultura, lançado em outubro de 2007, e nos esforços de reflexão e definição de diretrizes em vista da construção de uma base de dados para a cultura, tal como pudemos constatar na publicação da Unesco Brasil (2003), *Políticas culturais para o desenvolvimento: Uma base de dados para a cultura*.

Se o Estado começou a enxergar a cultura como dimensão essencial ao ser humano e, por isso, como necessidade básica e direito do povo, não apenas a democratização do acesso a bens, serviços e produtos culturais torna-se um objetivo das políticas e programas, mas também a criação de intercâmbios de conhecimentos, a disseminação de informações, em âmbito nacional e internacional, a promoção de publicações sobre o tema etc.

Nessa trajetória e com estas aspirações, as bases institucionais do Sistema Nacional de Cultura e um amplo espaço para o debate, em fóruns, congressos e na primeira Conferência Nacional de Cultura, foram estabelecidos, assim como novos acordos de cooperação e aparatos normativos foram firmados. Além disso, um Conselho Nacional de Políticas Culturais foi então pensado para gerir esse novo projeto que reunia o conjunto de políticas entregue pelo Estado à nação.

Conforme pronunciamento do então ministro Gilberto Gil, no dia do lançamento do novo programa, dados do IBGE (2006) revelavam um cenário de municípios “sem quaisquer meios de difundir a produção cultural e artística entre sua população e de garantir espaços de convivência com o patrimônio cultural local e universal”, configurando a separação entre cultura e educação, cultura e cidadania etc.

No livro supracitado sobre políticas culturais para o desenvolvimento, organizado pela Unesco Brasil, a necessidade de “um deslocamento da cultura de sua posição subalterna, materializando-se em políticas públicas sintonizadas com outras políticas sociais”, também é enfatizada com a perspectiva de um tratamento unificado da cultura com todos aqueles setores com os quais interage.

Para que este novo projeto de desenvolvimento seja implementado, a necessidade de organização e difusão de informações se impõe como um desafio primordial. É o que neste livro se reclama a título de uma necessária base de dados para a cultura, para o conhecimento de seus universos e dinâmicas. O Fórum Universal das Culturas, de 2004, estabeleceu as bases de uma reflexão acerca “da criação de uma base de dados para a cultura com vistas a uma maior conexão das políticas culturais e do processo de desenvolvimento local” (Unesco Brasil, 2003, p. 97).

Os governos necessitam de um conhecimento minucioso da realidade cultural do país, “através da organização de informações coerentes, atualizadas e confiáveis”, para poderem coordenar esforços em vistas de novas políticas. É preciso “que os gestores culturais disponham de informações, dados e análises capazes de alimentar o processo de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas” (Idem, p. 9), e que a diversidade cultural seja conhecida e valorizada para fazer frente às tendências de homogeneidade trazidas pela globalização (Ibid., p. 14). Os profissionais da cultura, artistas e instituições também precisam saber onde podem obter apoio para suas iniciativas. (Ibid. p. 164).

É fundamental que se produza uma cultura da informação. Precisamos “conceber e desenhar um sistema, como algo orgânico e articulado”, partindo de um cerne de conceitos e prioridades comuns e de estratégias de adesão, criando sinergias, buscando convergências e aportando cooperação em torno de boas ideias e bons projetos (Ibid., p. 17).

Nesse sentido, algumas chaves são apontadas para a construção de um sistema unificado de informações para a cultura, em respeito às demandas específicas de informações nos diversos campos que compõem o universo de nosso patrimônio cultural.

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Unesco Brasil, p. 105-106).

Ainda neste mesmo artigo, estabelece-se que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Idem, p. 108). “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”, e “a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais” (Santos, A. 1999, p. 10).

É importante que se conheça o processo de produção de bens culturais, os atores (produtores, consumidores e gestores), as práticas culturais e suas relações com o ambiente, os lugares (Unesco Brasil, 2003, p. 16). A cidade é o território onde convivem diferentes culturas, o espaço público da cultura ao vivo (Idem, p. 99). Precisamos buscar indicadores de qualidade de vida, do clima cultural de diferentes cidades e regiões. A cultura deve ser tratada como capital social - pois tem a inovação e a criatividade como matérias-primas -, e como peça chave para a economia do conhecimento e a mobilização social.

2.3 Dinâmicas e hibridismos culturais em espaços físicos e virtuais

O conceito de dinâmica cultural engendra um vasto repertório de ações presentes em espaços urbanos e rurais, nas centralidades e nas margens e em espaços institucionais e não-institucionais das ci-

dades. Permeadas por sociabilidades, as dinâmicas culturais tradicionais e contemporâneas envolvem intervenções artísticas, artesanato, literatura, teatro, fotografia, cinema, músicas, danças, crenças, lazer e gastronomia.

Desde a preservação de uma dança tradicional até a mais contemporânea intervenção artística urbana, as dinâmicas culturais envolvem em suas sociabilidades uma teia de processos, agências, práticas, táticas, apropriações e mediações que podem ser elucidadas na luta por políticas públicas culturais, na busca por recursos advindos destas políticas, nas resistências às forças do Estado e do capital, na manutenção de culturas tradicionais e em muitos outros exemplos possíveis.

Em uma via de mão dupla, as dinâmicas culturais perfazem o espírito dos lugares e as suas dimensões tangíveis e intangíveis. A Declaração de Québec, que versa sobre a preservação do “*Spiritu loci*”, traz a importância das “memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores” e odores na formação dos lugares (Icomos, 2008, p. 3), praticamente presente em “todas as culturas do mundo” e constituída por “seres humanos em resposta às suas necessidades sociais” (Idem, p. 2).

Se realizarmos a leitura das dinâmicas culturais pela lente latino-americana, Néstor Canclini destaca a heterogeneidade multitemporal e sociocultural da América Latina, em que diferentes temporalidades partilham o momento histórico presente (Canclini, 1989, p.74, tradução nossa). O “hibridismo” cultural se faz presente na

“conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam; a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e passageiro como maneira permanente de viver e de ser” (Martins, 2000, p. 24).

Para Lencioni (2017), a cultura contém diversas temporalidades, algumas residuais (de outro tempo) e outras virtuais (de possibilidades futuras), que re-dimensionam a ideia de passado, presente e futuro,

imprimindo o movimento e o dinamismo da história. Permeando temporalidades e espacialidades, o hibridismo cultural é um “fenômeno natural e imanente na constituição e evolução da civilização”, sendo o “testemunho mais nítido de que, mesmo esforçando-se por preservar formas culturais autóctones, o homem está aberto a novas maneiras de interagir culturalmente, como mais um recurso de sobrevivência num mundo que tem a mudança como traço essencial” (Cardoso, 2008, p. 89).

Esse hibridismo cultural, além de multitemporal e heterogêneo, é também multimídia. Walter Prigge (2002, p. 55) ressalta que os “padrões de produção e assimilação cultural já não obedecem às diferenciações tradicionais, desde que tenham sido devidamente “midializados” pelos novos meios de comunicação”. Desta forma, as dinâmicas culturais transbordam as fronteiras entre espaços físicos e digitais quando um concerto de música clássica é transmitido por *streaming*¹, quando o acesso à galeria de arte dispensa a ida até o espaço físico e pode ser feito através de um computador ou dispositivo ou quando a internet tende a ocupar o lugar da biblioteca (Idem, p. 55). Apesar dos riscos que a midialização traz ao viabilizar a apropriação de capital cultural em benefício da *mass-media* (Magnani, 1984), muitas organizações da sociedade civil e artistas independentes têm se beneficiado das possibilidades de divulgação e geração de renda que a internet pode proporcionar por meio das redes sociais e *sites*.

Os espaços culturais institucionais (museus e galerias de arte) e os não-institucionais (rua, praças e espaços públicos) também refletem a hibridização contemporânea. Ações culturais realizadas em espaços públicos e promovidas por museus têm sido cada vez mais vistos nas cidades. Por outro lado, espaços institucionais têm aberto suas portas para receber ações que antes só eram realizadas em espaços públicos. Essa dinamicidade também performa como uma das marcas da cultura.

A compreensão das dinâmicas das práticas culturais deve levar em conta a potência de um campo

1 Streaming é a tecnologia que viabiliza o acesso a conteúdos multimídias por meio de dispositivos sem a necessidade de baixar o conteúdo em um dispositivo.

composto por múltiplas vozes, subjetividades e saberes em espaços físicos e digitais/virtuais. Lançando olhar à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), essa multiplicidade se materializa nas peças cerâmicas produzidas em Cunha, nas imagens sacras produzidas em Aparecida, na arte em madeira de Campos do Jordão, nos *graffitis* de São José dos Campos e Jacareí, nas tradições caiçaras do Litoral Norte e em tantos outros exemplos que serão apresentados nos resultados netnográficos deste artigo.

3 Metodologia

A pandemia de coronavírus (COVID-19), que teve início no final do ano de 2019, impôs ao mundo um novo repertório de ações, cuidados sanitários, restrições e isolamento social. Frente ao novo cotidiano pandêmico, a netnografia (ou etnografia virtual/digital) emergiu como um método que viabiliza a realização de coleta e análise de dados e pesquisas em espaços virtuais e digitais.

Em Costa (2020b) e Costa *et.al.*(2020), duas aplicações de pesquisa netnográfica tornam relevantes a expressão contingente do “debate” social entre atores diversos, por meio de notícias e narrativas em redes digitais, revelando modos de influência e/ou estratégias publicitárias ou de manipulação, para atração e captura de seguidores que serão influenciados no pensar, sentir e agir contemporâneo (Costa, 2020a).

Além de ser um método que se alinha ao contexto atual, a netnografia vai ao encontro de um contemporâneo cada vez mais visto pelas telas de celulares, computadores, *tablets* e televisores. Para Costa (2020a, p.6), o ecrã é um dos “objetos prediletos da contemporaneidade, permitindo ainda explorar, consumir e transformar”, e funcionando como um palco que captura, “chama a atenção do outro” (Sousa *et al.*, 2020, como citado em Costa, 2020 p. 9).

A situação de confinamento tem demonstrado, no campo das rotinas profissionais de produção de informações jornalísticas, bem como no âmbito do consumo de notícias, o fenômeno da pós-verdade e das “fake news”, fomentando precarização do trabalho e afetando comportamentos sociais (Sousa *et.al.*, 2020).

Além disso, diante da impossibilidade de ocupação das ruas, praças e espaços públicos, as redes sociais como *Facebook, Instagram, YouTube, Twitter, LinkedIn* têm sido intensamente utilizadas pelo setor cultural para divulgação de ações, realização de vendas de serviços e produtos, para realização de eventos com transmissão ao vivo e como forma de construção de redes de apoio.

A netnografia, forma especializada de etnografia, nos permite ver “de perto e de dentro” (Magnani, 2002, p. 11) as dinâmicas culturais na sociedade em espaços virtuais e digitais, resgatando o que é obliterado no olhar de fora e de longe.

Desta maneira, a netnografia foi elencada como metodologia de levantamento de dados e informações para a identificação, caracterização e classificação dos atores sociais e ações coletivas. Tal metodologia consiste na utilização, pautada em critérios avaliativos, de comunicações situadas na internet como fonte de dados, de modo a compreender a representação etnografia do objeto de pesquisa (Silva, 2015).

De acordo com Kozinets (2014) a análise de redes sociais é estrutural, isto é, tem como unidade de análise a relação. Deste modo, buscando compreender as relacionalidades entre agentes e atores culturais públicos e privados entre si os principais espaços *online* explorados no decorrer deste estudo foram as redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, Youtube e outros). E, de forma complementar e consultiva, foram utilizados sites e portais de informação governamentais e privados.

A RMVPLN será o recorte espacial da pesquisa de base empírica aqui apresentada e discutida. Localizada no eixo que une São Paulo ao Rio de Janeiro, a região é composta por 39 municípios bastante heterogêneos, sob o ponto de vista geográfico, econômico e sociocultural. Englobando diferentes cidades e localidades periurbanas e rurais, assentadas em terras do Alto e Médio Rio Paraíba do Sul, da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, a região constitui não só uma amostra significativa da matriz de desigualdades resultante da formação socioespacial do país e do estado paulista, como também um universo de singularidades culturais engendradas pelas forças e

práticas simbólicas de um acontecer social solidário bastante variado.

4 Resultados e discussão

O primeiro momento da pesquisa consistiu em levantamento de atores e ações coletivas na RMVPLN nos sites das prefeituras municipais, resultando na elaboração de um quadro-síntese de informações qualitativas que, simultaneamente, possibilitou uma primeira aproximação quantitativa.

Dos 39 municípios presentes na região em foco, foram encontrados agentes vinculados à esfera pública em 35 deles, totalizando 48 agentes. São Bento do Sapucaí, pequeno município da Serra da Mantiqueira, destacou-se pelo elevado volume de órgãos públicos voltados à questão cultural, com 7 organizações municipais. Dentre os agentes encontrados neste mesmo município estão a Diretoria Municipal de Cultura e Eventos e a Casa da Cultura Miguel Reale. Tal município se sobressai, ainda, em relação a outros municípios que apresentaram três organizações públicas voltadas a cultura, como Cruzeiro, duas em Queluz e uma em Ubatuba.

A etapa seguinte da prática netnográfica centrou esforços na busca por agentes da sociedade civil da RMVPLN. Partindo do levantamento obtido no portal governamental Mapa das Organizações da Sociedade Civil (<https://mapaosc.ipea.gov.br/index.html>), realizou-se uma pesquisa pelo nome da organização na ferramenta de pesquisa *Google* e nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* para verificar sua presença ou ausência nas redes sociais e demais formas de presença virtual, como em *sites* e *blogs*, em busca de outras informações que possibilitassem uma caracterização inicial das organizações da sociedade civil identificadas.

Concomitantemente, realizou-se a busca nas mesmas redes sociais por termos como “coletivo”, “sociedade”, “comunidade”, “associação”, entre outros, e elaborou-se um segundo quadro-síntese de informações qualitativas e quantitativas acerca dos agentes e atores da iniciativa civil voltados à questão cultural que foram identificados.

Desta maneira, foram encontrados 43 agentes de cunho civil, em 17 diferentes municípios da região. Pode-se observar que as iniciativas da sociedade civil são mais concentradas, com destaque aos municípios de São José dos Campos, com 11 atores identificados e Jacareí e Taubaté com 5 atores cada um.

Por meio das descrições obtidas a partir de pesquisa nos perfis das redes sociais e observando os tipos de ações promovidas pelos diferentes agentes (públicos e da sociedade civil), pode-se ressaltar as principais áreas de atuação, a saber: estudos da cultura, música, teatro, artesanato, artes visuais, dança etc. Tais categorias foram determinadas para melhor sistematização dos dados obtidos, sendo que a cada ator identificado foi atribuída uma categoria indicativa de atuação em atividade predominante, mas não restrita a esta atividade.

Os dados obtidos pelos levantamentos realizados foram sistematizados em dois quadros-síntese (um para os agentes públicos e outro, para os agentes da sociedade civil) para melhor visualização, adotando-se as seguintes variáveis de composição dos quadros: nome do órgão/organização/local; cidade; área de atuação; principais ações promovidas; link de acesso para as redes sociais (se houver); link de acesso para site e/ou blog (se houver); e data de acesso.

Seguindo a metodologia estabelecida, verificou-se a presença ou ausência dos atores culturais nas redes sociais. Desta maneira percebeu-se que dos 48 agentes da esfera pública identificados, 12 estão presentes em pelo menos uma rede social, o *Facebook*. Do mesmo modo, observou-se que apenas 2 dos 43 agentes culturais de cunho civil não estão presentes em nenhuma rede social.

Dos agentes públicos e civis presentes nas redes sociais verificou-se que 54 estão presentes no *Facebook*, 17 estão presentes no *Instagram*, 10 estão presentes no *Youtube* e que, do total de 91 agentes, apenas 38 não estão presentes em nenhuma rede social.

Após a análise dos primeiros quadros-síntese, realizou-se um segundo reagrupamento dos agentes em um terceiro quadro-síntese (Quadro 1), seguindo as definições de manifestações tradicionais e contemporâneas já explicitadas, assim como novos critérios elencados para melhor entendimento dos agentes.

Quadro 1 - Agentes que promovem cultura no Vale do Paraíba e Litoral Norte

	Públicos	Civil
Tradicionais	1) Museu do Zé Pereira (São Bento do Sapucaí); 2) Museu Major Novaes (Cruzeiro); 3) BAMUQ - Banda Municipal de Quiririm (Taubaté).	1) Casa do Artesão Campos do Jordão (Campos do Jordão); 2) Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara – AARCA (Ubatuba); 3) Centro Cultural da FEB (Caçapava); 4) Cine Paraíso – Museu do Cinema (São Bento do Sapucaí); 5) Museu do Carro de Boi Quim Costa (São Bento do Sapucaí).
Contemporâneas	1) Centro Cultural Rotunda (Cruzeiro); 2) Fundação Cultural de Jacarehy (Jacareí); 3) Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba – FundArt. (Ubatuba); 4) Fundação Cultural Cassiano Ricardo (São José dos Campos); 5) COMCULT - Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá (Guaratinguetá); 6) Fundacc Caraguatatuba (Caraguatatuba).	1) Associação Artística e Cultural Lua Bailarina (ACLB) (Caçapava); 2) AMI - Associação de músicos de Ilhabela (Ilhabela); 3) Coletivo Palmares Resiste (Jacareí); 4) Coletivo Lacuna (Jacareí); 5) Instituto cultural Santa Cruz do Paiolinho (Redenção de Serra).

Fonte: As autoras (2021)

Desta maneira foram selecionados para análise preliminar, atores que estavam presentes em pelo menos uma rede social e que tinham alguma atividade (publicação, compartilhamento, evento, atualização, entre outros) em seu perfil nos últimos dois anos.

Dos agentes selecionados, 9 são da esfera pública e 10 da esfera civil. Dentre as iniciativas culturais de esfera pública foram elencados dois museus: o Museu do Zé Pereira, de São Bento do Sapucaí, que tem por objetivo salvaguardar a história atrelada ao Bloco Carnavalesco Zé Pereira, promovendo ações para preservação da memória e o Museu Major Novaes em Cruzeiro, que promove ações de diversa natureza como bate-papos e oficinas.

Foram elencadas 4 fundações: Fundação Cultural de Jacarehy, de Jacareí; Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FundArt), de Ubatuba; Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de São José dos Campos; e Fundacc Caraguatatuba, de Caraguatatuba. As fundações apresentaram muitas ações culturais convergentes tais como manutenção de museus e realização de eventos.

Dentre os agentes de cunho público, também fo-

ram elencados a COMCULT - Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá, um conselho consultivo de natureza público-privada que promove a integração dos atores da sociedade civil ligados à cultura no que tange a políticas públicas culturais; o Centro Cultural Rotunda de Cruzeiro que é um espaço destinado a eventos culturais e a BAMUQ - Banda Municipal de Quiririm, uma banda de fanfarras nascida no distrito italiano de Quiririm, na cidade de Taubaté, que é mantida pela prefeitura e realiza apresentações musicais.

Em relação aos agentes da sociedade civil, foram elencados 3 museus: Centro Cultural da FEB Caçapava, em Caçapava, que busca divulgar os feitos dos soldados brasileiros da Força expedicionária brasileira participantes da Segunda Guerra Mundial; o Cine Paraíso: Museu do Cinema em São Bento do Sapucaí, que abriga um acervo de materiais do antigo cinema da cidade, em parceria com outro cinema da cidade, e promove exposições gratuitas de longas-metragens, e o Museu do Carro de Boi Quim Costa, também de São Bento do Sapucaí, que é mantido em homenagem ao mestre carreiro Joaquim Pereira da Costa, abriga um acervo de antigos carros de boi e busca promover esta cultura.

Dentre as associações, destacaram-se a Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCA), de Ubatuba, que visa promover os saberes ligados a canoagem e ao artesanato local; a Associação de Músicos de Ilhabela (AMI), que busca fomentar a cultura musical da cidade por meio da realização de seminários, oficinas e palestras, dentre outras ações; e a Associação Artística e Cultural Lua Bailarina (ACLB) de Caçapava, que promove projetos e oficinas atrelados às áreas de dança, música e teatro.

O Coletivo Palmares Resiste e o Coletivo Lacuna, ambos de Jacareí, são dois atores caracterizados pela associação de pessoas em prol de uma causa. O Coletivo Palmares Resiste é formado pela juventude negra da cidade e luta pela conscientização e pelos direitos dos jovens negros, promovendo ações em prol desta comunidade, como a 1ª Feira de Empreendedorismo Preto realizada em 2019. A sua vez, o Coletivo Lacuna é um núcleo de pesquisa e produção fotográfica que, por meio de cursos, projetos e exposições, busca investigar fatos sociais e seus impactos na construção de identidade cultural, a exemplo do último projeto desenvolvido e divulgado nas redes sociais do coletivo, chamado *Migrantes: a cidade mosaico*, que produziu fotos e uma série de vídeos que contam a história de migrantes da cidade de Jacareí.

Entre os agentes de cunho civil selecionados, destacam-se, também, o Instituto Cultural Santa Cruz do Paiolinho de Redenção de Serra, que busca promover a economia criativa e a Casa do Artesão Campos do Jordão, em Campos do Jordão, que se trata de um espaço criado pra fomentar e difundir o artesanato produzido na cidade, em especial entalhes e mobiliário produzidos em madeira.

4.1 Ensaio de discussão

A reflexão teórica e conceitual trazida neste artigo e a pesquisa de base empírica apresentada possibilitam a proposição de um ensaio de discussão que não se esgota neste artigo, ao contrário, mas que nele pode ser tomado em sua gênese aos futuros desenvolvimentos.

Partindo da temática do contemporâneo a respeito das problemáticas, desafios e consequências da era digital, a amostra levantada de informa-

ções sobre agentes e atores sociais na região em foco reflete, de fato, não só o hibridismo de temporalidades e espacialidades nas dinâmicas culturais de agentes identificados. Tornam-se perceptíveis os desafios pulsantes na busca de construção da coesão social, seja por meio da preservação da memória e da identidade cultural, ou das forças de solidariedade ativa nutridas pelos processos de informação e comunicação e, ainda, das vozes insurgentes de contra-racionalidades orientadas por valores sociais prementes, para além da norma da competitividade ligada aos interesses mercadológicos exclusivistas.

Nesse sentido, se de modo geral parecem prevalecer as ações sociais ou coletivas sem a qualificação de uma ação política conscientemente posicionada, de luta em prol de uma causa social transformadora, há que se destacar a importância do acontecer social que busca preservar tradições e saberes diversos, assim como a mobilização de informações e trocas de conhecimentos tão fundamentais para sustentar as forças de solidariedade e resistência social.

Um ponto de discussão significativo, extraído das constatações apresentadas, origina-se no fato de cidades pequenas revelarem, em alguns casos, dinâmicas culturais intensas, em contextos de “periferização” relativa face às porções regionais mais desenvolvidas economicamente segundo a lógica hegemônica vigente. Nesse caso, se tais cidades não participam de relações hierárquicas, baseadas em poder econômico e político, podem se beneficiar de relações de complementaridade, que tendem a se ampliar com a inserção nas redes sociais, como espaço propício a mais participação em círculos ampliados de debate social, cooperação e produção no campo cultural.

A diversidade da manifestação e/ou produção cultural também poderá ser melhor ponderada em consideração às particularidades históricas e geográficas de certos municípios, a exemplo de Ubatuba, São Bento do Sapucaí, Cunha, dentre outros.

Ressalta-se ainda que, no campo das políticas públicas e diante do contexto pandêmico, agentes culturais valeparaibanos puderam manter (e até fortalecer) ações com o fomento advindo da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, mais conhecida como “Lei Aldir Blanc”, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adota-

das durante o estado de calamidade pública no país. A renda emergencial viabilizou a realização de uma série de ações culturais, como por exemplo, o *Breaking90*, realizado em São José dos Campos no dia 28 de fevereiro de 2021 e o FestiRua (Festival de Arte de Rua), realizado entre os dias 01 e 06 de março de 2021 também na cidade de São José dos Campos,

ambos com transmissão em espaços virtuais como *site* e redes sociais (Figuras 1 (a) e (b)). A Fundação Cultural Cassiano Ricardo, contemplada no quadro-síntese deste artigo como um dos agentes públicos e contemporâneos que promovem a cultura na RM-VPLN, esteve presente na realização de ambos os eventos.

Figuras 1 – Cartazes de eventos realizados *online* no Vale do Paraíba durante a pandemia de COVID-19 em 2021: a) *Breaking90* e b) FestiRua



(a)



(b)

Fonte: (a) e (b) Facebook dos eventos

Estes exemplos demonstram as potencialidades do hibridismo cultural multimídia que mobiliza uma série de agentes e atores sociais na região do Vale do Paraíba, promovendo dinâmicas culturais articuladas às políticas, ao território e à promoção de desenvolvimento regional.

5. Considerações finais

O artigo procurou trazer uma aproximação de base teórica e conceitual, conjugada a constatações empíricas sobre agentes sociais e ações coletivas diversas no campo da atividade cultural, circunscritos ao con-

texto regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O trabalho de mapeamento em curso do qual foram extraídas as constatações iniciais aqui apresentadas não exprime, naturalmente, a totalidade da riqueza cultural urbana e regional. Todavia, considera-se que pode contribuir no contexto geral de construção progressiva de inventários de agentes públicos e da sociedade civil e de ações coletivas como parte de um amplo sistema de informações e bases de dados sobre a cultura regional que possa servir como apoio à formulação de políticas de desenvolvimento que considere a cultura como elemento fundamental.

As hipóteses em discussão procuraram assinalar a importância da circulação de informação, conhecimentos e saberes, incluindo as redes sociais, no processo de criação de forças de solidariedade e coesão social, assim como a relevância das dinâmicas culturais híbridas como expressão de resistência e/ou posicionamento político diante de lógicas exclusivamente economicistas e mercadológicas engendrando processos desiguais de desenvolvimento regional e local.

O desenvolvimento dessa discussão, assim orientada, importa à catalisação de ações políticas que possam ser articuladas em torno de interesses comuns relativos ao desenvolvimento local e regional, sendo a diversidade sociocultural e as formas de hibridismo da contemporaneidade a raiz de uma política mais equitativa e socialmente construída.

Futuros desenvolvimentos dessa pesquisa estão previstos, inicialmente, no sentido de avançar no inventário de agentes e ações coletivas, com destaque para outras formas de busca e o objetivo de avaliar as articulações entre agentes em circuitos intermunicipais de promoção da atividade cultural e de políticas públicas no contexto regional em foco.

6 Agradecimentos

As autoras agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

- Abreu, J. R. (2015). *Região Metropolitana desafio da gestão regional: um estudo de caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - SP*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, Brasil.
- Canclini, N. G. (1989) *Culturas híbridas – estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Editorial Grijalbo.
- Cardoso, J. B. (2008). Hibridismo cultural na América Latina. *Itinerários*, 27 (Jul./Dez), 79-90.
- Chardin, P. T. (1941). *Reflexões sobre o progresso*. Conferência em Pekin.
- Costa, P. R. (2020a) A presença de arquétipos nos youtubers: modos e estratégias de influência. *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, n. 45, p. 5-19. Recuperado em 19 abril, 2021, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532020000300005&lng=en&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020347613>.
- Costa, P. R. (2020b) Uma cartografia do ódio no Facebook: gatilhos, insultos e imitações. *Comunicação Pública [Online]*, Vol.15 nº 29. Recuperado em 19 abril, 2021, de <http://journals.openedition.org/cp/11367>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.11367>
- Durant, W. (s.d.) *As condições da civilização. A História da Civilização: Nossa herança oriental*. (edição original, 1935). Rio de Janeiro: Record.
- Emplasa. *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*. (2011). [Estudo Técnico]. São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano.
- Faria, H. (2001, jan). A cultura como desafio. *Cadernos Le Monde Diplomatique*. São Paulo: Instituto Pólis / Veraz / Abaporu.
- Guimarães, S. P. (2004, Outubro-Novembro). A vulnerabilidade ideológica e a hegemonia cultural. *Bonifácio*. Instituto José Bonifácio, Brasília, N.5.
- Icomos. (2008, outubro) Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, Québec, Canadá
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- Lencioni, S. (2017) *Metrópole, metropolização e regionalização* (1 ed.). Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Magnani, J. G. C. (1984). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense. Magnani, J. G. C. (2002, junho) De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Martins, J. S. (2000). *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Hucitec.
- Prigge, W. Metropolização. In: Pallamin, V. M. (2002). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Santos, A. P. (1999). *Inventário digital e modelos historiográficos para urbanização e arquitetura*. Tese de doutoramento, São Paulo: FAU/ USP.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record

Santos, M. (2002). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. (Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro). São Paulo: Publifolha.

Santos, M. (2014). *Espaço e Método*. São Paulo: EDUSP.

Silva, S. A. (2015) Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom*, 38 (2), 339-342. Recuperado em 17 fevereiro, 2021, de <https://www.scielo.br/pdf/interc/v38n2/1809-5844-interc-38-02-0339.pdf>.

Sousa, V.; Costa, P. R.; Capoano, E.; Paganotti, I. (2020) Riscos, dilemas e oportunidades: atuação jornalística em tempos de Covid-19. *Estudos em Comunicação*, nº 31. Recuperado em 19 abril, 2021, de <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/881/pdf>. DOI: 10.25768/20.04.03.31.01

Unesco, B. (2003) *Políticas culturais para o desenvolvimento: Uma base de dados para a cultura*. Brasília, Brasil.